

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.991, DE 2008 (Aposos: Projeto de Lei nº 3.045, de 2011 e Projeto de Lei nº 5.544, de 2013)

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para acrescentar § 7º ao art. 55, a fim de conceder aos templos religiosos a isenção das contribuições destinadas à seguridade social.

Autor: Deputado JEFFERSON CAMPOS

Relator: Deputado JOSÉ LINHARES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.991, de 2008, de autoria do Deputado Jefferson Campos, propõe introduzir alteração na Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentando § 7º ao seu art. 55, a fim de conceder aos templos religiosos a isenção das contribuições sociais destinadas à seguridade social.

Justifica o Autor a importância de sua iniciativa ressaltando que a imunidade tributária, conferida atualmente aos templos de qualquer culto pela Constituição Federal, art. 150, inciso VI, *alínea b*, alcança tão somente os impostos. Como a isenção das contribuições destinadas à seguridade social, prevista no art. 195, § 7º, da Carta constitucional não se lhes aplica, os templos religiosos são responsáveis pelo pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que incidem sobre a folha de salários, o lucro e o faturamento.

Por tratarem de matéria análoga, foram apensados à presente proposição o Projeto de Lei nº 3.045, de 2011, do Deputado Agnaldo Ribeiro, e o Projeto de Lei nº 5.544, de 2013, da Deputada Liliam Sá.

O Projeto de Lei nº 3.045, de 2011, defende a isenção das contribuições incidentes sobre a folha de salários, de responsabilidade patronal, nos casos de construção de templos ou sede social de entidades religiosas. A redução de custos decorrentes da aprovação dessa proposição poderá, conforme ressalta seu Autor, permitir a execução de muitas obras cujo término encontra-se inviabilizado devido ao excessivo peso que as contribuições representam nas despesas de construção.

Já o Projeto nº 5.544, de 2013, pretende assegurar às entidades religiosas, as quais define como colaboradoras de interesse público, a concessão de certificado de entidades beneficentes de assistência social, nos moldes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Com isso, a proposição intenta fazer com que as entidades religiosas possam gozar dos mesmos benefícios fiscais assegurados às organizações sem fins lucrativos que possuem o referido certificado.

A proposição principal foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Segue regime de tramitação ordinária e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. No prazo regimental, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não lhe foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei ora em apreciação busca, essencialmente, mediante alteração na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, conceder aos templos religiosos a isenção das contribuições destinadas à seguridade social que incidem sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro. Essas contribuições referem-se a: contribuição previdenciária sobre a folha de salários, parcela patronal; contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL. Essa almejada isenção beneficia atualmente apenas as entidades beneficentes

de assistência social que possuem certificação nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

O Projeto de Lei nº 3.045, de 2011, por sua vez, defende mudança menos abrangente que a formulada pela proposição principal, visto pleitear a isenção apenas da contribuição previdenciária, parcela patronal, e quando se tratar de construção de templos ou sede social de entidades religiosas.

Já o Projeto de Lei nº 5.544, de 2013, ao tempo que adota definição própria para as entidades religiosas, qual seja a de colaboradoras de interesse público, pretende conceder-lhes as mesmas vantagens asseguradas às entidades beneficentes de assistência social certificadas nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, ou seja, a isenção das contribuições destinadas à seguridade social.

Como podemos observar, as proposições relatadas possuem objetivos que confluem para um mesmo interesse, qual seja, o de fazer com que o princípio da imunidade tributária tenha aplicação mais ampla no que concerne às entidades religiosas. Isso quer dizer que a isenção fiscal não deve estar restrita apenas aos impostos, mas deve alcançar também as contribuições sociais que financiam a seguridade social, tal como se dá atualmente no caso das entidades beneficentes de assistência social.

Tendo em vista a importância inquestionável do trabalho social que as entidades religiosas desenvolvem nas comunidades de todo o País, entendemos ser justa e meritória a proposta de isenção das referidas contribuições. Não vemos razão para a manutenção de tratamento tributário diferenciado entre as entidades beneficentes de assistência social e as entidades religiosas que também desenvolvem ações de grande relevância social. Aliás, essas últimas entidades praticam a assistência com ampla capilaridade e conseguem atender a um enorme contingente da população.

Para contemplar os objetivos das proposições em análise, optamos, porém, por elaborar Substitutivo, no qual apresentamos proposta de inclusão de art. 55-A na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, conferindo a isenção desejada às entidades religiosas e assegurando-lhes tratamento legal específico.

Isso se faz necessário porque o art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, foi revogado e substituído pelo art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Entendemos, portanto, que assim procedendo, o nosso Substitutivo, apresentado em anexo, atende aos anseios das proposições em seu conjunto.

Isso posto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.991, de 2008; 3.045, de 2011 e 5.544, de 2013, nos termos do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de julho de 2013.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.991, DE 2008

**(Aposos: Projeto de Lei nº 3.045, de 2011
e Projeto de Lei nº 5.544, de 2013)**

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para acrescentar o art. 55-A, a fim de conceder aos templos religiosos a isenção das contribuições destinadas à seguridade social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do art. 55-A com a seguinte redação:

“Art. 55-A Ficam isentos das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 desta Lei os templos religiosos de qualquer culto.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de julho de 2013.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator